

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.283 - MG (2018/0283374-6)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
EMBARGANTE : **ROBERTO ELISIO DE CASTRO SILVA**
ADVOGADOS : **ROGÉRIO VIEIRA SANTIAGO - MG064560**
FLÁVIA PIRES VELOSO MELO E OUTRO(S) - MG109143
FABIANA MACHADO SANTIAGO - MG078262
EMBARGADO : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
PROCURADORES : **MARIA ANTÔNIA DE OLIVEIRA CÂNDIDO - MG031909**
LINCOLN GUIMARAES HISSA E OUTRO(S) - MG048886

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA. REVISÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão, assim ementado (fl. 307):

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA. REVISÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

O embargante sustenta que a decisão monocrática contém o vício de contradição, "quando traz à lume trecho do trabalho jurisdicional colegiado emanado do TJMG – em que aquele egrégio Sodalício examina a natureza jurídica do “parecer” exarado pela antiga Procuradoria-Geral do Estado, por intermédio de seu Procurador Marcos de Mello Brandão -, como se o exame desta questão atendesse à demanda do ora embargante" (fl. 318), sendo que pretende seja sanada omissão no julgamento proferido na instância *a quo* acerca da "natureza jurídica e do alcance, do ato administrativo produtor de efeitos concretos, praticado pelo Sr. Procurador-Geral do Estado – enquanto autoridade máxima da unidade administrativa de representação oficial do Estado de Minas Gerais, que sempre teve “status” de Secretário de Estado por força de norma constitucional estadual de eficácia plena -, que culminou em na “aprovação” do “...parecer exarado pela antiga Procuradoria Geral do Estado." (fl. 320).

Com impugnação.

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

O *decisum* embargado negou provimento ao apelo especial da ora embargante por entender que a Corte de origem apreciou por completo a controvérsia, sendo desnecessário qualquer complemento ao julgado.

Nesse sentido, conforme assentado na decisão ora embargada, a Corte de origem, expressamente, apreciou que "o parecer exarado pela antiga Procuradoria Geral do Estado em relação ao tema **não** vincula os atos da administração, que dispõe de

discricionariedade para estabelecer os critérios de enquadramento dos cargos públicos, desde que dentro dos limites da lei" (fl. 272).

Ademais, da leitura do julgado, observa-se que o Tribunal de origem ainda entendeu que "**não** cabe a revisão dos proventos com base no vencimento do cargo criado pela lei delegada, uma vez que inexistia previsão legal sobre a questão".

Assim, evidencia-se não ter ocorrido falta de clareza, insuficiência de fundamentação ou erro material a ensejar esclarecimento ou complementação do que já decidido.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

